

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ENTRE A PANDEMIA E O PANDEMÔNIO

TEACHING WORK IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: BETWEEN THE PANDEMIC AND THE PANDEMONIUM

VALE, Andréa Araújo do

Resumo: Este artigo analisa a reconfiguração do trabalho docente no período da pandemia de COVID-19. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, demonstra que a pandemia tem sido operada, no governo Bolsonaro, como crise que oportuniza o ataque e o esvaziamento das instituições públicas de ensino e o avanço das contrarreformas neoliberalizantes em uma lógica que obedece a doutrina do choque, tal como descreve minuciosamente Naomi Klein (2008), e robustece o poder e a riqueza das classes dominantes. É nessa linha que se analisa a opção quase automática pelo chamado ensino remoto em um contexto de crise social, econômica e sanitária, bem como as modificações no arcabouço jurídico-político e normativo para a educação à distância. Aponta-se ainda para as relações entre a educação à distância, a tecnologia e a acumulação capitalista e suas imbricações para o trabalho docente, especialmente considerando o quadro em que se insere o governo Bolsonaro nos marcos da ofensiva neoliberal e neoconservadora sobre a educação superior. Conclui-se que o quadro aponta para a permanência da educação a distância como padrão na educação superior tanto como via para o desmonte das instituições federais de educação superior sob o logro de que esta é o caminho de sua sobrevivência.

Palavras-chave: Ensino remoto. Trabalho docente. Educação superior. Pandemia de COVID-19. Doutrina do choque

Abstract: This article analyzes the reconfiguration of teaching work during the COVID-19 pandemic period. Based on bibliographical and documentary research, it demonstrates that the pandemic has been operated, during the Bolsonaro government, as a crisis that provides opportunities for the attack and emptying of public educational institutions and the advance of neoliberalizing counter-reforms in a logic that obeys the doctrine of shock, as described in detail by Naomi Klein (2008), and it strengthens the power and wealth of the ruling classes. It is along this line that the almost automatic option for so-called remote learning is analyzed in a context of social, economic and health crisis, as well as the changes in the legal-political and normative framework for distance education. It also points to the relationship between distance education, technology and capitalist accumulation and their implications for teaching work, especially considering the framework in which the Bolsonaro government is inserted in the framework of the neoliberal and neoconservative offensive on higher education. It is concluded that the picture points to the permanence of distance education as a standard in higher education as well

as a way to dismantle federal institutions of higher education under the guise that this is the path to their survival.

Keywords: Distance education. Teaching work. Higher education. COVID-19 pandemic. Doctrine of shock.

1 Introdução

Este artigo se organiza a partir da seguinte premissa: a pandemia se apresenta como um momento decisivo para o trabalho e para condição estudantil na educação superior no sentido de que criou a situação que permite fazer avançar o projeto educativo do capital capitaneado pelo bloco no poder: um projeto mercantil, privatista, regressivo e autoritário. Ou seja, empurra o conjunto do trabalho e, nesse conjunto, o trabalho na educação superior, para uma maior precarização, intensificação e reorganização em novos patamares, bem como atinge duramente os estudantes e suas condições de acesso, permanência e formação. Ou seja, cria algumas condições para que as tendências centrais ao projeto educativo do capital se materializem nas condições instauradas pelo pandemônio que é o governo Bolsonaro. Essas tendências se manifestam, na educação superior, ao menos em duas vias, como mostra Mancebo (2020): o avanço do neoliberalismo em sua destruição da *res pública* e do neoconservadorismo como recurso de enfrentamento dos poucos avanços democráticos e sociais logrados no país.

Explora-se aqui, em um primeiro momento, a doutrina do choque tal como explicitada por Klein (2008), em particular na concepção articulada a partir de Friedman e da Escola de Chicago para demonstrar o fato de que uma crise como a causada pela pandemia de COVID-19 tem sido frequentemente usada para fazer passar reformas neoliberalizantes que, de outro modo, encontrariam, no mínimo, maior resistência. Em seguida, busca-se pensar estes processos sob o prisma do trabalho docente, apontando para o conjunto da acumulação capitalista e, brevemente, para o papel da tecnologia neste processo. Explora-se ainda, neste tópico, as questões relacionadas ao ensino remoto e o trabalho docente, considerando tanto o setor público quanto o setor privado, bem como os movimentos do empresariado, dos organismos internacionais e do governo Bolsonaro no sentido de normalizar o ensino remoto/educação a distância, precarizando o trabalho docente.

2 A doutrina do choque e o capitalismo de desastre

Veja-se alguns elementos que permitem fundamentar e explicar essa premissa. Naomi Klein, em *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, demonstra exaustivamente a tese de que desastres, choques, crises são a ocasião em que o bloco no poder, capitaneado pelos arautos do neoliberalismo, como Friedman, avançam em sua agenda de ataques a esfera pública, tratando-os como “oportunidades”, configurando o que a autora chama de capitalismo de desastre.

Na introdução do livro, de 2007 e publicado no Brasil em 2008, Klein traz o exemplo da destruição do caráter público do sistema educacional de Nova Orleans no bojo mesmo da tragédia social e ambiental do furacão Katrina. As pessoas ainda estavam nos abrigos e os corpos ainda se empilhavam pelas estradas e já começavam a circular discursos proferidos por congressistas, empresários, entre outros, de que uma “providente limpeza” tinha se realizado em Nova Orleans, abrindo oportunidades. Friedman escreveu, três meses depois que os diques estouraram, um editorial no Wall Street jornal em que afirmava: "A maior parte das escolas de Nova Orleans está em ruínas assim como os lares das crianças que estudavam ali as crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional" (Friedman *apud* Klein, 2008, p. 14). Ou seja, uma oportunidade de instaurar uma reforma permanente privatizante do sistema escolar pela via das escolas licenciadas, de gestão privada e subsidiadas pelo Estado, o que se completou em 19 meses e com a demissão de todos os 4.700 professores filiados ao sindicato.

Este exemplo acima nos permite explorar o que tem se configurado para o trabalho e condição estudantil no bojo da pandemia-pandemônio, tanto no âmbito do setor público quanto no setor privado: a emergencial adoção do denominado ensino remoto tende a se tornar permanente, senão adotado como totalidade, em modelos híbridos (ou *flex*, como anunciado por aí), há muito demandados e praticados pelo setor privado neste país porque, no limite, trata-se de destruir tudo aquilo que caracteriza o caráter público do projeto de educação superior que, a duras penas e de modo inconcluso, tinha sido possível colocar de pé nesse país. E, em particular, daquilo que, neste projeto, expressa o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, atrelada aos interesses da classe trabalhadora e dos grupos subalternos.

Nesta conjuntura de pandemia, ao fechamento necessário das instituições educacionais, seguiu-se a proposta de adoção do chamado ensino remoto¹. Tal proposta foi apresentada de modo quase natural por muitos – empresariado, gestores, algumas entidades, parte dos educadores -, uma vez que a educação à distância já está em concepção e execução no país desde os anos 1990², ainda que, para muitos, este tenha se apresentado como um recurso emergencial e excepcional. Voltando a Klein, uma das táticas, tal como elaboradas por Friedman em termos teóricos, na Doutrina do Choque, é: "somente uma crise - real ou pressentida - produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, É a nossa função primordial: desenvolver alternativas as políticas existentes, manter elas em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torna o politicamente inevitável" (Friedman *apud* Klein, 2008, p. 16).

A fala de Friedman supracitada revela a essência da doutrina do choque: usar os traumas coletivos como ocasião de implementar a terapia de choque econômico, em uma empreitada que une, promiscuamente, corporações e políticos em um processo de rapina do Estado e privatização de governos, segundo Klein (2008). Tais métodos, cujo experimento pioneiro foi o Chile de Pinochet, têm sido usados a exaustão e combina, no sentido de que necessita mesmo, de escaladas autoritárias. Qualquer semelhança com o Brasil do governo de Bolsonaro e Paulo Guedes não é mesmo mera coincidência³.

3 O ensino remoto temporário-permanente: organismos internacionais e a ofensiva bolsonarista

E a educação à distância estava aí como óbvia e rápida possibilidade. Em 17 de março de 2020, o Ministério de Educação (MEC) publicou a portaria 343, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto a situação emergencial

¹ Esse processo de renomeação – ainda que, muitas vezes, reivindicado para diferenciar uma situação emergencial de uma de normalidade -, mascara, esconde, o fato de que se trata de ensino a distância. Renomear não muda, por si, a natureza das coisas, mas busca ressignificar.

² Todavia, as pesquisas mostram que é no início dos anos 2000 que a Educação à distância (EaD) efetivamente se expande no país. Cf. MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil - 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso), v. 20, p. 31-50, 2015.

³ Paulo Guedes não apenas fez Doutorado com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) na Universidade de Chicago, nos anos 1970. Foi aluno de Milton Friedman e esteve na experiência chilena ao aceitar um cargo docente na Universidade do Chile sob intervenção.

durasse, seguindo uma disposição de que "a educação não poderia parar", incluindo-se aí essa redução do fazer universitário à dimensão do ensino e, deste à aula. Daí se originam iniciativas açodadas e pouco democráticas por parte de muitos gestores para implementação do ensino remoto, muitas vezes operada como mera transposição de grades curriculares e dos processos de ensino-aprendizagem (se é que isso é possível por essa via).

Como mostra Catini (2021) em coluna no Blog da Boitempo, a pandemia "acelerou" um processo que já estava em curso, o de introdução mais intensiva da tecnologia na relação educativa. Como outras mudanças provocadas pela exceção do momento do confinamento distanciamento social, também apresenta tendências de se generalizar e se tornar permanente. Todavia, qual é o sentido dessa introdução de tecnologia no processo educativo?

Pode-se elencar aqui, ao menos, dois eixos importantes para se tentar responder a esta pergunta. O primeiro é que tal introdução precisa ser compreendida à luz do processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto empreendido pelo capital em crise estrutural em um contexto tecnológico inaudito, marcado pela inteligência artificial (IA). Embora aqui não haja espaço para abordar esta questão de modo mais aprofundado, podemos lançar aqui alguns apontamentos, principalmente no que diz respeito ao trabalho docente.

Ricardo Antunes (2020) tem trabalhado sobre a temática do trabalho neste mundo maquínico-informacional-digital impelido pelo capital financeiro⁴ e mostra como estão diante de uma nova reestruturação produtiva - a chamada indústria 4.0 - que impõe novas formas de controle e padronização do trabalho, com ajuda dos algoritmos e recoberta por um discurso que afirma ser este o reino da autonomia do trabalhador, com todos os requintes de desumanização e brutalidade que caracterizam o tratamento dos trabalhadores e trabalhadoras na formação social brasileira.

Vejam os seus rebatimentos sobre o trabalho no campo da educação antes e no contexto da pandemia. Como afirmou o diretor de inovação do Sindicato das Mantenedoras do Estado de São Paulo (SEMESP), as universidades devem aproveitar a crise como oportunidade de modernização e corte de custos. A verdade desse discurso é a imensa precarização/intensificação do trabalho nessas IES, bem como uma tal degradação, como

⁴ Carcanholo e Nakatani (1999) apontam como a predominância do capital especulativo parasitário na acumulação capitalista faz pressão sobre a partilha da mais-valia e, logo, sobre a ampliação de sua extração.

mostra Catini, em que a relação pedagógica não abre mais processos formativos. Como se processa degradação?

Em matéria publicada pela ADUSP, professores denunciam o "ensalamento" de turmas de níveis e cursos diferentes numa única aula, juntando mais de 100, às vezes 200 alunos, em uma única turma, como tem denunciado o Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP). Esse processo resulta em reordenações que ampliam as demissões que somaram, segundo o SINPRO-SP, 1.600 demissões de docentes no setor privado em 2020 (G1, 2020). Todavia, mesmo quem manteve o emprego sofreu perdas pela redução da carga horária e, logo, de salário. Para um setor que emprega pelo regime horista, redução de carga horária é redução salarial, com intensificação do trabalho. Só a Uninove demitiu, em junho de 2020, cerca de 500 docentes por um *pop-up* que aparecia quando os docentes tentavam acessar o sistema. Mas pode piorar: a Agência Pública elaborou reportagem, em abril de 2020, denunciando a rede Laureate pelo uso – deliberadamente ocultado dos estudantes - de um software de Inteligência Artificial, o LTI, para correção das atividades dissertativas realizadas na plataforma digital (*blackboard*). Lembremos que o grupo Anima acaba de comprar todos os ativos brasileiros do grupo Laureate em uma operação de cerca de 4,4 bilhões de reais⁵.

Se no setor público não tivemos demissões (estabilidade), outras ações se delinearam como: rompimento de contratos de substitutos (em alguns casos, com reversão da situação), não renovação de contratos, suspensão de auxílios e adicionais, bem como de bolsas de qualificação sem finalização do trabalho e, ponto fundamental, o repasse dos docentes, técnicos e estudantes dos custos com a realização das atividades remotas: luz, internet, equipamentos, isso depois de mais uma Reforma da Previdência que aumentou as alíquotas de contribuição dos servidores e servidoras e em meio a uma grave crise econômica que atinge o conjunto dos estudantes e suas famílias. Também há que se ressaltar que, em muitos casos, a transposição foi realizada sem grandes preocupações pedagógicas com o número de alunos, de disciplinas por docentes e alunos, especialmente mulheres e pessoas em posição de cuidado com outrem⁶.

O segundo eixo que se faz necessário acionar para nossa reflexão é de que essa introdução de tecnologia tem sido feita por processos presididos por grandes corporações (Big

⁵ Como mostra a própria reportagem, a rede possui mais de 200 mil alunos em 11 instituições no país, entre elas FMU | FIAM-FAAM, Anhembi Morumbi, UNIFACS, UniRitter, FADERGS, UnP, UniFG, IBMR e FPB.

⁶ As mulheres, em geral, são sobrecarregadas com as tarefas da reprodução social em função da divisão sexual do trabalho.

Techs) com implicações diversas e profundas tanto para democracia, vida social e política, quanto para os processos educativos em si mesmos. Temos muitos debates emergentes sobre esse tema como os elaborados por Shoshana Zuboff (2021) e Cath O’Neal (2020), recentemente traduzidos para o português e publicados no Brasil, mas é fundamental apontar para este mercado. Ao menos nos últimos cinco anos, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado (FERESP) tem, em seu congresso anual, colocado a questão da inovação como ponto central para as políticas de educação superior. O que é inovação para o empresariado da educação superior? A adoção do ensino à distância e a fomentação desse mercado tecnológico: são *softwares*, plataformas, jogos digitais, um mercado imenso e que se estende ou pode se estender a todos os níveis educacionais. Muitas instituições públicas já vinham adotando - e, com a pandemia, aceleraram nesta direção - plataformas dessas grandes corporações como o *Google Classroom*, por exemplo, em contratos cujos termos a comunidade acadêmica desconhece, deixando de desenvolver ferramentas públicas, gratuitas e livres da vigilância do *Big Data* realizada por essas corporações e pelos Estados. Morozov (2018) aponta para as diversas armadilhas para a política e a democracia, mas aqui se destaca o modo como o que ele denomina regulação algorítmica conjuga-se ao neoliberalismo mais escancarado no sentido do controle dos indivíduos e implementação das políticas de austeridade.

É fundamental atentar para as consequências subjetivas desse processo. Somando-se a vivência das perdas, das mortes, do isolamento, os docentes e técnicos experimentaram a intensificação do trabalho, com repercussões em termos de mal-estar, sofrimento e adoecimento. É a tecnologia, são os *gadgets* que precisam ser operados, a aula/encontro cuja interação é reduzida⁷, a busca por referências bibliográficas e materiais digitalizados, disponíveis *online* gratuitamente, a impossibilidade de ajustar a aula ao processo de ensino-aprendizagem, trazem sobrecarga e sofrimento aos docentes. A sobrecarga é particularmente grave para as mulheres porque sobre elas recai a injusta divisão sexual do trabalho com a reprodução social. São inúmeras as cenas de aulas, defesas de tese, *lives*, em que as mães/mulheres, docentes e estudantes, precisam acolher os filhos enquanto trabalham/estudam

⁷ Aqui convergem inúmeros fatores para produzir esse resultado: o *apartheid* tecnológico (muitos estudantes têm operado com conexão e equipamentos muito precários que não permitem manter a câmera aberta ou mesmo nem câmera têm), as condições sociais (estudantes que têm vergonha de mostrar a si mesmo e a suas próprias casas, ou que não estão em casa no momento da aula), o que, por sua vez, tem efeitos pedagógicos imensos. Como ajustar o encadeamento da aula, perceber a dúvida se não é possível interagir com aqueles a quem você se dirige? Como ajustar ritmo, narrativa, se não há *feedback*?

em casa. Essa realidade, aliás, precisa ser considerada ao desenharmos políticas para carreira e trabalho docente.

A organização *Parents in science*⁸ mostra, com um levantamento realizado no Brasil, durante os meses de abril e maio de 2020, com quase 15 mil cientistas, entre discentes de pós-graduação, pós-doutorandas(os) e docentes/pesquisadores, os efeitos deletérios do trabalho em regime de *home office* sobre as cientistas mulheres e suas carreiras. Para ficar com apenas um dado, para produção de artigos, entre mulheres com filhos, 47,4% conseguiram entregar os *papers* no prazo, enquanto para as mulheres sem filhos, esse número chega a 56,4%. Entre os homens com filhos, o número chega a 65,3%. As conclusões do levantamento apontam: especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia. Já a produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada pela pandemia. Dada a atual dinâmica da vida acadêmica, esse resultado acaba se reproduzindo⁹ e, portanto, tem efeitos duradouros.

Para os técnicos e estudantes, o cenário não é distinto. Os estudantes, que já vinham apresentando o sofrimento e adoecimento na relação com dinâmicas da vida universitária nos últimos anos, como apontam Silva, Todaro e Reis (2020), tiveram sua vida e condições de existência e formação reconfigurados. Além de todo sofrimento com a pandemia e isolamento, o agravamento do *apartheid* educacional - que atinge pesadamente aqueles setores que mais sofrem com a desigualdade e a crise econômica na presença de um auxílio emergencial exíguo (isso quando disponível) - impôs perdas e obstáculos ainda maiores.

A Unesco criou, tão logo a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19, a Coalizão Global de Educação. Essa iniciativa declarava ter como objetivo apoiar os países para "ampliar suas melhores práticas de aprendizagem a distância e atingir

⁸ O *Parent in Science* foi criado em 2016, pela pesquisadora Fernanda Staniscuaski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem o objetivo de fomentar a discussão sobre a maternidade e a paternidade na produção da ciência no Brasil. O *Parent in Science* trabalha com levantamento e análise de dados sobre a chegada dos filhos e as consequências na carreira de cientistas no Brasil, especialmente das mulheres. Segundo a própria organização, as "ações levaram a conquistas e mudanças concretas para as mães no cenário científico brasileiro. Hoje, diferentes editais de financiamento e bolsas de várias instituições incluíram critérios específicos que consideram os períodos de licença-maternidade na análise dos currículos. Foi firmado um compromisso por parte do CNPq em incluir um campo para a licença-maternidade no Currículo Lattes" (PARENTS IN SCIENCE, 2020, s/p).

⁹ Com menos publicações, menores chances ao concorrer a editais, menores chances de desenvolver novos trabalhos e, assim, sucessivamente.

jovens em maior risco" (UNESCO, 2020). Ainda que declare ter objetivo de proteger o direito à educação no contexto da pandemia, a totalidade do documento conota que a referência à presença da educação remota/à distância é permanente. O documento ainda visa exatamente o professor que não estaria apto para educação à distância e emenda que a pandemia "se soma uma escassez global de professores bem treinados e qualificados para alcançar a educação primária e secundária universal".

Já o Banco Mundial lançou, em maio, o documento intitulado COVID-19: choque na educação e respostas políticas. Neste, afirma literalmente que é possível contrarrestar os impactos da pandemia e converte a crise de aprendizado (ainda anterior a pandemia) em oportunidade. A proposta? Utilizar as "inovações" do período de recuperação para se reconstruir melhor e permitir uma *aprendizagem acelerada*. Todavia, esse quadro não pode ser separado, em nossas análises, da emergência do que temos denominado pandemônio. E o que está aqui se chamando de pandemônio? A conjunção de crise econômica global com os antagonismos disruptivos que se desenvolveram sobre estratégia de conciliação de classes e que, em 2013, explodiram junto com esta, passando pelo golpe de 2016, e desaguando na eleição de Bolsonaro, em 2018, e sua genocida gestão da pandemia.

Se fossemos discutir a totalidade desse processo, talvez não fosse possível encerrar o debate, mas o fundamental, na nossa interpretação, é compreender como todos os elementos do bolsonarismo - o conservadorismo ou neoconservadorismo, o messianismo, o militarismo, o negacionismo, o anticientificismo, o autoritarismo e o liberalismo econômico - articulam-se em uma direção: o ataque radical a tudo que, no Estado capitalista, não serve a imediata vivacidade do capital ou valorização do valor¹⁰. Ou seja, a produção da barbárie é, ela mesma, a forma de fuga para a frente do capital e que, por isso mesmo, demanda um governo como este, capaz de recorrer diuturnamente ao choque e ao absurdo. Dito do modo mais simples e mais emblemático por Ricardo Salles, o ministro do meio ambiente, na já famosa reunião interministerial de abril de 2020: "é hora de passar a boiada".

Para o que nos interessa mais diretamente e cabe aqui neste espaço, todavia, é importante lembrar que o governo Temer já havia aberto o caminho para o avanço da austeridade que nos

¹⁰ Temos defendido a ideia de que o par central/secundário não se presta a pensar essa conjunção de neoliberalismo e neoconservadorismo que explode, com maior ou menor intensidade, em diversos países. Todos os processos são igualmente fundamentais para a instauração dessa nova fase da dominação burguesa. A pauta conservadora não é menos essencial do que a pauta neoliberal, e também não é uma cortina de fumaça, é projeto.

atinge: aprovou a Emenda Constitucional 95, abriu a reforma da Previdência (2019), realizou a Reforma Trabalhista (2017) e aprovou a Lei das Terceirizações no mesmo ano, bem como a reforma do Ensino Médio, dentre outros. Com a eleição de Bolsonaro e a gestão econômica de Paulo Guedes, o Chicago Boy que cabe ao Golpe brasileiro, o projeto de destruição da parca proteção social brasileira, já combatida pelos anos de neoliberalismo, avança.

É na confluência desta agenda ultraliberal e neoconservadora, como tem afirmado Mancebo (2020), que devemos entender a situação das universidades e suas comunidades. Junto ao Future-se, um projeto que desvirtua completamente a função social das universidades públicas, tem-se, por um lado, ataques desqualificadores - é impossível elencar todos, mas lembremos que UFF e UFBA foram acusadas de serem “balbúrdias” -, perseguições - como foi o caso dos docentes da Universidade Federal de Pelotas que, notificados pela Controladoria Geral da União (CGU), por terem criticado o governo na gestão da pandemia, foram instados a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) se comprometendo a não fazê-lo novamente -, invasões de eventos, ameaças (como no caso de ameaça de morte a professora e pesquisadora Débora Diniz, de sua família, de alunos e colegas, ameaças mesmo de um massacre na UnB), criando uma atmosfera de medo e controle que, inclusive, assombra as atividades remotas. Isso sem mencionar as 25 universidades e institutos federais que sofreram diretamente intervenções pela nomeação de gestores e reitores que não seguiram as escolhas das comunidades acadêmicas.

De outro, o estrangulamento orçamentário das instituições de educação pública, em particular, o orçamento das instituições federais, privilegiadamente nas rubricas outras despesas correntes e investimentos, mas também no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Os cortes são brutais. Apenas para exemplificar, o orçamento da Capes sofreu, segundo Amaral (2020), um corte de 65,3% entre 2015 e 2021. O CNPq, uma redução de 69,4% entre 2014 e 2021, atingindo fortemente a pesquisa e a pós-graduação, com reverberações fortes nas bolsas de estudo. O orçamento das universidades federais tem demonstrado deterioração. Segundo Amaral (2021):

Nota-se uma drástica redução dos recursos para o pagamento de água, luz, internet, vigilância, limpeza, terceirizados, aquisição de material de consumo etc. das instituições, saindo de R\$ 9,0 bilhões e caindo para valores em torno de R\$ 5,5 bilhões em 2021; uma redução muita alta, de R\$ (-3,5) bilhões, o

que significa uma queda de 38,9%. Esta redução compromete, de forma irremediável, o funcionamento geral das instituições no ano de 2021.

Já no item investimentos, a situação é ainda mais grave:

Os valores em 2021, da ordem de R\$ 100 milhões são insignificantes frente ao tamanho do sistema e as suas necessidades de aquisição e atualização de equipamentos para os seus laboratórios. De 2014 a 2021 presencia-se uma drástica queda nesses recursos, saindo de R\$ 2,8 bilhões e atingindo R\$ 100 milhões, uma queda de 96,4%. Este resultado, se não revertido rapidamente levará as Universidades Federais a uma degenerescência de suas instalações e um grande sucateamento de seus laboratórios de pesquisa (AMARAL, 2021)

Neste cenário, o governo avança contra o conjunto do serviço público e encaminha para o Congresso Nacional a PEC 32 de 2020, a famigerada Reforma Administrativa, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para retomar mais uma vez da famigerada reunião interministerial, parece cumprir o prometido e coloca a granada no bolso dos Servidores, como disse o Ministro Paulo Guedes, implodindo o regime jurídico único (RJU) e, por consequência, o conjunto das políticas públicas e o parco republicanismo que a sociedade brasileira pôde construir.

Diante deste cenário calamitoso, a ANDIFES, bem como a Reitoria da UFRJ e a da UFF já anunciaram a impossibilidade de manter as portas abertas. Não deve nos causar estranheza, portanto, ensino remoto ou as configurações híbridas ou Flex começarem a ser apresentadas como único meio de continuar existindo. O MEC já avança neste processo seguindo a cartilha desenhada pelo Banco Mundial: em duas portarias - 433 e 434, de outubro de 2020, criou um comitê de orientação estratégica para elaboração de iniciativas de promoção a expansão da educação por meio digital em universidades federais e instituiu o grupo de trabalho para subsidiar a discussão a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta de cursos de nível superior, na modalidade de educação à distância (e), nas universidades federais. E, assim, a boiada abre caminho...

Considerações finais

Temos que aguardar as pesquisas que estão sendo realizadas com os segmentos da comunidade universitária, muitos em pesquisas locais - incluindo aí os terceirizados que devem estar contemplados em nossa reflexão -, mas tudo aponta para um cenário de muitas perdas pedagógicas e sofrimento e adoecimento de nossas comunidades.

Retomando o fio da meada, não podemos esquecer os organismos internacionais e sua atuação como intelectuais coletivos do capital e presente nas reformas estruturais do Estado de caráter ultraliberal nos últimos 30 anos, bem como a funcionalidade de crises e desastres para a implementação do projeto de sociedade que reconstrói o poder das classes dominantes e agiliza a concentração e centralização de capital. Neste sentido, o trabalho docente, certamente, é plenamente atravessado pela pandemia de COVID-19, e os dados apontam para o fato de que as forças do bloco no poder querem fazer dessa precariedade pedagógica o novo patamar de normalidade na educação superior brasileira, se muito. O desafio é imenso. Precisamos estar à altura dele. Mais do que nunca, a vida nos pede coragem, parafraseando Guimarães Rosa.

REFERÊNCIAS:

ADUSP. **Demissões em massa nas universidades particulares atestam conversão acelerada para modalidade EaD e sinalizam desemprego estrutural dos docentes.** 2020. São Paulo. Disponível em <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3744-demissoes-em-massa-nas-universidades-particulares-atestam-conversao-acelerada-para-modalidade-ead-e-sinalizam-desemprego-estrutural-dos-docentes>. Acesso em 25 de maio de 2021.

AMARAL, N. C. do. Dois anos de desgoverno – os números da desconstrução. **A terra é redonda.** 2021. Disponível em < <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-os-numeros-da-desconstrucao/>> Acesso em 25 de maio de 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 284-304, 1999.

CATINI, C. de R. O Brutalismo vai à escola. 2020. **Blog da Boitempo**, Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MANCEBO, D. Trabalho remoto na Educação Superior brasileira: efeitos e possibilidades no contexto da pandemia. **Revista USP**, v. 127, p. 105-116, 2020.

_____.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil - 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 20, p. 31-50, 2015.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas
ISSN 1984-6576.

E-202163

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**. Como o big data aumenta a Desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Editora Rua de Sabão, 2020.

PARENTS IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. **Informativo**. Disponível em https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em 25 de maio de 2021.

SILVA, E. P. e; TODARO, A. P.; REIS, A. C. O sofrimento do universitário e suas relações com a dinâmica da universidade. **Farol** – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 7, n. 18, p. 37-75, 2020.

UNESCO. Coalizão Global de Educação. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>>. Acesso em 25 de março de 2021.

VIEIRA, B. M. Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante pandemia. **G1**, São Paulo, 02 de setembro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml?fbclid=IwAR1ztyghUD_lyw-jVhayB-nWYuHiLxXDr67W3-2GLRJSTA6T5AY71Ju-HUk>.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. A luta pelo futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.